



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

- 1.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições, especificações técnicas e requisitos necessários para a contratação de empresa.
- 1.2 A elaboração deste documento atende ao disposto no **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, que exige a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência como instrumentos de planejamento da contratação, garantindo que o processo seja conduzido de forma transparente, eficiente e alinhado ao interesse público.
- 1.3 Este Termo de Referência, portanto, constitui instrumento técnico e administrativo indispensável para orientar o processo licitatório, definir critérios objetivos de seleção de fornecedor e assegurar a adequada execução contratual, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

- 2.1 Processo Administrativo nº 4998/2025-FMS/SEMSA/PMVJ
- 2.2 Unidade requisitante: Daniely Chaves – Coordenadora da atenção básica em saúde
- 2.3 Identificação do objeto para realização do estudo técnico: contratação de uma empresa especializada em aquisição de água mineral de forma parcelada para atender as demandas da atenção básica em saúde, vigilância em saúde, conselho municipal de saúde, secretaria municipal de saúde e seu anexo da secretaria municipal de saúde do município de vitória do Jari/ap.

3. QUANTITATIVOS E ESTIMATIVAS DE PREÇOS REFERENCIAIS:

| Item | Descrição / Especificação | Unidade | Quantidade Estimada | Valor médio (R\$) | Valor Total Estimado (R\$) |
|------|--|---------|---------------------|-------------------|----------------------------|
| 01 | Água Mineral (garrafa de 330 ml) – pacote com 24 unidades | PCT | 5.000 | 32,08 | 160.416,67 |
| 02 | Água Mineral (garrafão 20 litros) | UND | 4.000 | 20,72 | 82.866,67 |
| 03 | Água Mineral (garrafa de 1,5 litros) – pacote com 6 unidades | PCT | 500 | 27,93 | 13.966,67 |

3.1 Valor Total Estimado da Contratação: 257.250,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e duzentos e cinquenta reais).

3.2 Observações importantes:

- a) Os valores unitários acima são estimativas médias de mercado, pesquisa de preços junto a fornecedores locais e regionais.
- b) A contratação parcelada permitirá adequação do fornecimento às necessidades mensais, evitando desperdícios e garantindo economicidade.

4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

4.1 A aquisição de água mineral de forma parcelada para abastecimento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP se faz necessária em razão das seguintes considerações:

- 4.1.1 **Garantia de condições adequadas de trabalho e atendimento:** As unidades básicas de saúde, vigilância em saúde, academia de saúde, departamento da atenção primária e o conselho municipal de saúde necessitam de fornecimento contínuo de água potável para assegurar condições mínimas de conforto, bem-estar e saúde tanto para os servidores quanto para os usuários dos serviços.



- 4.1.2 **Saúde e segurança dos profissionais e usuários:** O consumo de água mineral é essencial para prevenir riscos de desidratação e garantir qualidade de vida durante o expediente, especialmente em ambientes de atendimento ao público, onde há grande fluxo de pessoas e longas jornadas de trabalho.
- 4.1.3 **Ausência de alternativa viável:** Considerando que o município não dispõe de infraestrutura própria para fornecimento de água potável em quantidade e qualidade adequadas, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para garantir abastecimento regular e seguro.
- 4.1.4 **Continuidade dos serviços públicos de saúde:** A falta de água potável compromete diretamente o funcionamento das unidades de saúde, podendo gerar prejuízos ao atendimento da população e à execução das atividades administrativas e técnicas da Secretaria Municipal de Saúde.
- 4.1.5 **Atendimento às normas de saúde e vigilância sanitária:** O fornecimento de água mineral atende às exigências legais e sanitárias, garantindo que os ambientes de saúde estejam em conformidade com padrões de qualidade e segurança.
- 4.1.6 **Eficiência administrativa e econômica:** A contratação parcelada permite melhor planejamento orçamentário e financeiro, assegurando que o município possa atender à demanda contínua sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR:

5.1 Forma de Seleção:

- 5.1.1 A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, conforme decisão administrativa, do tipo **menor preço por item**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

5.2 Critérios de Seleção:

- 5.2.1 **Preço:** será considerado o menor preço ofertado, desde que compatível com os valores praticados no mercado e dentro das especificações técnicas exigidas.
- 5.2.2 **Condições de fornecimento:** entrega parcelada conforme cronograma e demanda da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo abastecimento contínuo e sem interrupções.
- 5.2.3 **Logística e prazo de entrega:** capacidade da empresa em realizar entregas regulares nas diferentes unidades de saúde do município, dentro dos prazos estabelecidos.
- 5.2.4 **Documentação de habilitação:** comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, além de certidões negativas exigidas pela legislação vigente.
- 5.2.5 **Experiência e capacidade técnica:** comprovação de fornecimento anterior de produtos similares para órgãos públicos ou empresas privadas, garantindo segurança e confiabilidade.

5.3 Resultado esperado:

- 5.3.1 A seleção deverá assegurar a contratação de fornecedor que ofereça água mineral de qualidade, com preço justo, entrega eficiente e regularidade documental, garantindo o abastecimento contínuo das unidades de saúde e o atendimento adequado à população.

6. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS CONCORRENTES:

- 6.1 As empresas interessadas em participar do processo licitatório deverão apresentar, obrigatoriamente, a seguinte documentação de habilitação, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e demais legislações aplicáveis:

6.2 Habilitação Jurídica:

- 6.2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 6.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas.
- 6.2.3 Documentos de eleição ou designação dos administradores, no caso de sociedades por ações.
- 6.2.4 Inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, no caso de sociedades simples.



6.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 6.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.3.2 Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- 6.3.3 Certidão de Regularidade junto à Fazenda Estadual e Municipal.
- 6.3.4 Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- 6.3.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.3.6 **Alvará de Funcionamento:** Emitido pela Prefeitura Municipal, comprovando que a empresa está regularmente autorizada a exercer suas atividades no endereço declarado.
- 6.3.7 **Alvará Sanitário / Alvará da Vigilância em Saúde:** Emitido pela Vigilância Sanitária municipal ou estadual, certificando que o estabelecimento cumpre as normas sanitárias para manipulação, armazenamento e comercialização de água mineral.
- 6.3.8 Certidão Municipal – emitindo pela sede onde se localiza a empresa

6.4 Qualificação Técnica:

- 6.4.1 Comprovação de experiência anterior no fornecimento de produtos similares, por meio de atestados ou declarações emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 6.4.2 Portaria de Lavra expedida pelo **DNPM/ANM** (Agência Nacional de Mineração), garantindo a origem da água.
- 6.4.3 Declaração de que os produtos atendem às normas da ABNT e legislação sanitária
- 6.4.4 Declaração de que possui sede ou filial no município de Vitória do Jari/AP ou em suas proximidades, conforme exigência logística prevista neste Termo de Referência.

6.5 Qualificação Econômico-Financeira:

- 6.5.1 Será exigida a apresentação do **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinados por contador habilitado e registrados na Junta Comercial ou órgão competente.
- 6.5.2 Considerando que o exercício de 2025 somente se encerrará em **31 de dezembro de 2025**, a entrega das demonstrações financeiras e relatórios contábeis costuma ser feitos entre **janeiro e março de 2026**, dependendo do porte da empresa.
- 6.5.3 Serão aceitos, para fins de habilitação, os **balanços referentes ao exercício de 2024**, desde que acompanhados das demonstrações contábeis exigidas pela legislação vigente.
- 6.5.4 Alternativamente, será admitida a apresentação do **balanço de 2025**, caso já esteja devidamente encerrado e registrado, mesmo que de forma antecipada.
- 6.5.5 A exigência visa garantir a regularidade econômico-financeira das empresas concorrentes, sem restringir a competitividade, em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133/2021** e na **Lei nº 6.404/1976** (Lei das Sociedades por Ações), que regulam a elaboração e publicação das demonstrações contábeis.
- 6.5.6 Também deverá ser apresentada **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

6.6 Declarações Exigidas:

- 6.6.1 Além dos documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, as licitantes deverão apresentar as seguintes declarações:
 - a) **Declaração de Inexistência de Impedimento** - A empresa deverá declarar que não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme **art. 63, inciso V da Lei nº 14.133/2021**.



- b) **Declaração de Cumprimento da Legislação Trabalhista** - Declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme **art. 7º, XXXIII da Constituição Federal**.
- c) **Declaração de Proposta de Preço** - A empresa deverá apresentar declaração de que sua proposta de preços contempla todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução do objeto, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas, garantindo a plena execução contratual.

Fundamentação: art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, que exige estimativa de valores baseada em pesquisa de mercado e proposta adequada.

- b) **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)** - As licitantes que se enquadrarem como **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** deverão apresentar declaração nesse sentido, conforme previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Essa declaração permitirá o exercício dos benefícios previstos na legislação, como tratamento diferenciado e favorecido nas licitações públicas (ex.: preferência de contratação em caso de empate, regularização fiscal tardia, entre outros).
- c) **Declaração de Aceitação das Condições do Edital e Termo de Referência** - A empresa deverá declarar ciência e concordância com todas as condições estabelecidas no edital e no presente Termo de Referência.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.7 **Objeto da contratação:** fornecimento de água mineral natural, sem gás, devidamente registrada na ANVISA/MS.

6.8 **Forma de fornecimento:** parcelada, conforme cronograma mensal definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.9 **Abrangência:** Unidades Básicas de Saúde, Vigilância em Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Academia de Saúde, Departamento da Atenção Primária e Conselho Municipal de Saúde.

6.10 **Prazo de execução:** exercício de 2026, com entregas regulares durante todo o período.

6.11 **Logística e Operacionalização:**

- 6.11.1 **Distribuição:** entregas programadas diretamente nas unidades requisitantes, evitando acúmulo de estoque e garantindo abastecimento contínuo.
- 6.11.2 **Controle:** acompanhamento por meio de relatórios mensais de consumo e recebimento, assegurando transparência e rastreabilidade.
- 6.11.3 **Armazenamento:** responsabilidade das unidades em manter condições adequadas de conservação dos produtos recebidos.

6.12 **Gestão e Fiscalização:**

- 6.12.1 **Gestão contratual:** conduzida pela Secretaria Municipal de Saúde, com designação de fiscais de contrato para monitorar cumprimento de prazos e qualidade dos produtos.
- 6.12.2 **Fiscalização:** verificação de laudos de potabilidade, integridade das embalagens e conformidade com normas sanitárias.
- 6.12.3 **Penalidades:** previstas em contrato para casos de atraso, descumprimento de especificações ou fornecimento inadequado.

6.13 **Benefícios Integrados da Solução:**

- 6.13.1 **Sanitários:** garantia de água potável segura para servidores e usuários.
- 6.13.2 **Administrativos:** planejamento eficiente e redução de riscos de desabastecimento.
- 6.13.3 **Econômicos:** compras parceladas que evitam desperdícios e aperfeiçoam recursos públicos.



6.13.4 **Sociais:** melhoria das condições de atendimento e fortalecimento da confiança da população nos serviços de saúde.

6.14 **Síntese:** A solução contempla o fornecimento regular e parcelado de água mineral, assegurando qualidade, economicidade e continuidade dos serviços de saúde, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da Administração Pública.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 A empresa registrada deverá cumprir integralmente as seguintes obrigações:

8.1.1 Fornecimento do produto:

- a) Entregar água mineral natural, sem gás, em embalagens devidamente lacradas e higienizadas, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.
- b) Garantir que o produto esteja dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

8.1.2 Entrega:

- a) Realizar as entregas de forma parcelada, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e de acordo com a necessidade semanal das unidades.
- b) Assegurar transporte adequado, em veículos limpos e apropriados para o transporte, evitando qualquer risco de contaminação.
- c) Efetuar a entrega diretamente nas unidades de saúde, vigilância em saúde, secretaria municipal de saúde, academia de saúde, departamento da atenção primária e conselho municipal de saúde, conforme lista de endereços fornecidos pela contratante.

8.1.3 Logística e localização da contratada:

- a) A empresa contratada deverá possuir sede ou filial no município de Vitória do Jari/AP ou em suas proximidades, devidamente comprovada por meio de documentação societária ou contratual, de modo a garantir a execução eficaz das entregas semanais e parceladas de água mineral, considerando que a Secretaria Municipal de Saúde e seus departamentos não dispõem de espaço físico para armazenamento de grandes quantidades de garrações.

8.1.4 Fundamentação Legal:

a) Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

- Art. 11, II – assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, incluindo aspectos de logística e eficiência.
- Art. 42, IV – permite que o edital contenha exigências relacionadas à execução do objeto, desde que justificadas tecnicamente.
- Art. 63 – dispõe sobre a execução contratual, impondo ao contratado o dever de garantir condições adequadas para o cumprimento do objeto.

b) Princípio da eficiência art. 37 da Constituição Federal – obriga a Administração a buscar soluções que assegurem melhor desempenho e qualidade na prestação dos serviços públicos.

c) Princípio da continuidade do serviço público – reforça que não pode haver interrupção no fornecimento de bens essenciais, como água potável para unidades de saúde.

8.1.5 Responsabilidade técnica e legal:

- a) Manter todas as licenças, registros e autorizações necessárias para a comercialização de água mineral durante a vigência do contrato.
- b) Cumprir integralmente a legislação vigente, incluindo normas trabalhistas, fiscais, previdenciária e ambiental.



- c) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato.

8.1.6 Comunicação e suporte:

- a) Disponibilizar canal de atendimento para esclarecimento de dúvidas, recebimento de solicitações e resolução de problemas relacionados ao fornecimento.
- b) Informar previamente à contratante qualquer alteração que possa impactar o cumprimento do contrato (ex.: problemas de logística, indisponibilidade de produto).

8.1.7 Garantia de qualidade e continuidade:

- a) Substituir imediatamente qualquer produto entregue que apresente defeito avaria ou não esteja em conformidade com as especificações técnicas.
- b) Assegurar fornecimento contínuo durante toda a vigência contratual, sem interrupções que comprometam o abastecimento das unidades de saúde.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP como contratante deverá cumprir as seguintes obrigações:

9.2 Recebimento e conferência:

- a) Receber os produtos entregues pela contratada nos locais previamente definidos.
- b) Conferir a quantidade, qualidade e conformidade dos garrafões de água mineral com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.
- c) Recusar, de forma fundamentada, qualquer produto que não esteja em conformidade com as exigências contratuais.

9.3 Solicitação e programação de entregas:

- 9.3.1 Informar à contratada, com antecedência mínima razoável, a necessidade semanal de fornecimento, de modo a permitir o planejamento logístico.
- 9.3.2 Definir cronograma de entregas parceladas, considerando a limitação de espaço físico para armazenamento nas unidades de saúde e departamentos vinculados.

9.4 Infraestrutura de recebimento:

- 9.4.1 Disponibilizar servidores responsáveis para acompanhar e atestar o recebimento dos produtos.
- 9.4.2 Garantir condições adequadas para a descarga e conferência dos garrafões nos locais de entrega.

9.5 Comunicação e acompanhamento:

- 9.5.1 Manter canal de comunicação ativo com a contratada para esclarecimento de dúvidas, ajustes de cronograma e resolução de eventuais problemas.
- 9.5.2 Informar imediatamente à contratada qualquer ocorrência que possa impactar o fornecimento ou a execução contratual.

9.6 Pagamentos:

- 9.6.1 Efetuar os pagamentos devidos à contratada conforme valores, prazos e condições estabelecidos no contrato e na legislação vigente.
- 9.6.2 Assegurar que os pagamentos sejam realizados somente após a comprovação da entrega efetiva e em conformidade com as especificações técnicas.

9.7 Responsabilidade administrativa:

- 9.7.1 Cumprir integralmente a legislação aplicável, incluindo a Lei nº 14.133/2021, e demais normas correlatas.
- 9.7.2 Fiscalizar e acompanhar a execução contratual, garantindo que o objeto seja cumprido de forma adequada e eficiente.

10 FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO:



10.1 O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preço caberá ao **Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP**, por meio do **Departamento de Comissão de Contratação Permanente** ou por meio de **Portaria emitida pela Autoridade Competente**, um **Gestor da Ata**, responsável por coordenar diretamente as atividades de gerenciamento e o **Fiscal** incumbidos de acompanhar a execução das entregas e verificar a conformidade dos produtos.

10.2 **Compete ao Órgão Gerenciador:**

- 10.2.1 Controlar e coordenar a utilização da Ata de Registro de Preço, garantindo que as contratações sejam realizadas dentro dos limites e condições estabelecidos.
- 10.2.2 Autorizar, quando conveniente e oportuno, a adesão de outros órgãos ou entidades não participantes do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2.3 Monitorar os quantitativos registrados e as contratações realizadas, evitando ultrapassar os limites previstos no edital e na legislação.
- 10.2.4 Comunicar aos fornecedores registrados as solicitações de fornecimento, observando os prazos e condições estabelecidas.
- 10.2.5 Avaliar e decidir sobre pedidos de cancelamento de registro, conforme hipóteses legais e regulamentares.
- 10.2.6 Manter atualizados os registros e relatórios de utilização da Ata, assegurando transparência e publicidade dos atos administrativos.

10.3 **Obrigações do Fiscal do Contrato:**

- 10.3.1 Acompanhar diretamente a execução contratual, verificando a conformidade das entregas com as especificações técnicas.
- 10.3.2 Conferir prazos, quantidades, qualidade e condições dos insumos recebidos.
- 10.3.3 Registrar em relatórios periódicos todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento, comunicando imediatamente à Diretoria de Contratos e Convênios qualquer irregularidade.
- 10.3.4 Atuar como elo de comunicação entre a Administração e a empresa contratada, garantindo agilidade na solução de intercorrências.
- 10.3.5 Atestar as notas fiscais e documentos de cobrança, autorizando o pagamento somente após a verificação da conformidade da entrega.

10.4 O Gestor e o Fiscal deverão observar rigorosamente as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente os arts. 117 a 121, respondendo solidariamente por eventuais omissões ou irregularidades na execução da Ata ou do Contrato.

10.5 Na hipótese da Ata de Registro de Preço vir a se converter em Contrato Administrativo, a responsabilidade pela elaboração, gestão e acompanhamento da execução contratual será atribuída à Diretoria de Contratos e Convênios do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vitória do Jari/AP, conforme designação expressa em Decreto ou Portaria da Autoridade Competente.

10.6 **Compete à Diretoria de Contratos e Convênios:**

- 10.6.1 Elaborar e formalizar o contrato administrativo decorrente da Ata de Registro de Preço, observando as cláusulas essenciais previstas na **Lei nº 14.133/2021**.
- 10.6.2 Acompanhar a execução contratual, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no edital, na minuta contratual e no Termo de Referência.
- 10.6.3 Designar formalmente **Gestor e Fiscal do Contrato**, responsáveis por monitorar a entrega dos produtos, verificar conformidade técnica e registrar ocorrências.
- 10.6.4 Emitir relatórios periódicos sobre a execução contratual, servindo de base para aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis.
- 10.6.5 Assegurar que todas as prorrogações, reajustes e alterações contratuais sejam devidamente fundamentados e autorizados pela autoridade competente.

10.7 O Gestor e o Fiscal designado deverão observar rigorosamente as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo por eventuais omissões ou irregularidades na execução contratual.



11. CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

11.1 Condições de entrega:

- 11.1.1 A água mineral deverá ser entregue em embalagens devidamente lacradas, higienizadas e dentro do prazo de validade.
- 11.1.2 As entregas deverão ser realizadas de forma **parcelada diária**, conforme a necessidade informada pela Secretaria Municipal de Saúde, em razão da inexistência de espaço físico para armazenamento de grandes quantidades de garrafas.
- 11.1.3 O transporte deverá ser feito em veículos limpos e apropriados para o transporte de alimentos e bebidas, garantindo a integridade e qualidade do produto.

11.2 Prazo de entrega:

- 11.2.1 As entregas deverão ser realizadas **de forma imediata**, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação **através de AF- autorização de fornecimento pelo Departamento de Compras**, o fornecedor deverá atender às requisições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da autorização de fornecimento, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.
- 11.2.2 O fornecimento deverá ser contínuo durante toda a vigência contratual, sem interrupções que comprometam o abastecimento das unidades de saúde.
- 11.2.3 Em situações emergenciais, a contratada deverá garantir entrega imediata, respeitando a urgência da demanda.

11.3 Local de entrega:

- 11.3.1 As entregas deverão ser realizadas diretamente nos seguintes locais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Vigilância em Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Academia de Saúde, Departamento da Atenção Primária em Saúde e Conselho Municipal de Saúde.
- 11.3.2 Os endereços específicos serão fornecidos pela contratante no início da execução contratual e poderão ser atualizados conforme necessidade administrativa.

12. Critério de aceitação:

12.1A aceitação do objeto contratado estará condicionada ao atendimento integral das seguintes exigências:

12.1.1 Conformidade técnica do produto:

- a) Água mineral natural, sem gás, devidamente lacrada, higienizada e dentro do prazo de validade.
- b) Produto registrado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- c) Embalagens em perfeito estado de conservação, sem avarias, vazamentos ou indícios de adulteração.

12.1.2 Entrega conforme especificações:

- a) Realização das entregas parceladas e semanais, conforme cronograma e solicitações da Secretaria Municipal de Saúde.
- b) Atendimento ao prazo máximo de 48 horas após solicitação formal, salvo cronograma previamente acordado.
- c) Entregas realizadas diretamente nos locais indicados pela contratante, sem ônus adicional para a Administração.

12.1.3 Aspectos logísticos e operacionais:

- a) Transporte adequado em veículos limpos e apropriados para alimentos e bebidas.
- b) Manutenção de sede ou filial no município de Vitória do Jari/AP ou em suas proximidades, garantindo eficiência logística e pronta resposta às demandas.

12.1.4 Conferência e recebimento:



- a) A aceitação será formalizada mediante conferência quantitativa e qualitativa dos produtos por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- b) Produtos que não atenderem às especificações técnicas ou apresentarem defeitos deverão ser substituídos imediatamente pela contratada, sem custos adicionais.
- c) O recebimento definitivo será condicionado à verificação da conformidade com todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

13 Pagamento:

- 13.1O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde, em moeda corrente nacional (R\$), mediante depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, desde que esteja em nome da empresa contratada.
- 13.2O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de atesto da nota fiscal/fatura pelo Fiscal do Contrato, desde que devidamente acompanhada da comprovação da entrega e aceitação dos produtos, conforme especificações do Termo de Referência.
- 13.3 **O pagamento estará condicionado à:**
- 13.3.1 Regularidade fiscal e trabalhista
 - 13.3.2 Apresentação da Nota Fiscal Eletrônica correspondente, devidamente emitida e aprovada pelo Fiscal do ata de registro de preço.
 - 13.3.3 Cópia da ata de registro ou contrato conforme vínculo firmado.
 - 13.3.4 Relatório de entrega de materiais
- 13.4Em caso de atraso injustificado no pagamento por parte da Administração, incidirão os encargos previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 4.320/1964.
- 13.5O pagamento parcial poderá ser realizado conforme entregas efetivas e aceitas, respeitando o fornecimento parcelado previsto no edital e no Termo de Referência.
- 13.6Não será admitido pagamento antecipado, salvo nas hipóteses previstas em lei e devidamente autorizadas pela autoridade competente.

14 Reajuste de ata de registro de preço – ajustes e prorrogações:

14.1 Ajuste de valores:

- 14.1.1 Os preços registrados na Ata poderão ser ajustados para adequação a índices oficiais de inflação ou custos setoriais, conforme previsão legal e editalícia.
- 14.1.2 O reajuste será concedido mediante solicitação formal da contratada, devidamente instruída com documentação comprobatória, e dependerá de análise e autorização da Administração.
- 14.1.3 Não será admitido reajuste retroativo ou em desacordo com os índices previamente estabelecidos.

14.2 Prorrogação de prazo:

- 14.2.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais períodos, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação vigente.
- 14.2.2 A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente autorizado pela autoridade competente.
- 14.2.3 Durante a prorrogação, os preços dos itens registrados permanecerão conforme o contrato original, salvo reajustes autorizados nos termos da lei.

14.3 Condições gerais:

- 14.3.1 A manutenção dos preços após a prorrogação garante estabilidade e previsibilidade para a Administração, evitando aumentos indevidos.
- 14.3.2 Qualquer alteração de valores ou prorrogação de prazo deverá respeitar os princípios da legalidade, economicidade e transparência.



14.3.3 O não cumprimento das condições estabelecidas poderá resultar em sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

15 Sanções administrativas:

15.1 Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, atraso injustificado ou descumprimento das obrigações assumidas, a contratada estará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis.

15.2 Penalidades aplicáveis:

15.2.1 Advertência:

- a) Aplicada quando a infração for considerada leve e não causar prejuízo relevante à Administração.

15.2.2 Multa:

- a) Percentual definido no edital e no contrato, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou sobre o valor global do contrato, conforme a gravidade da infração.
- b) A multa poderá ser descontada dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente.

15.2.3 Impedimento de licitar e contratar:

- a) A contratada poderá ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública por até 3 (três) anos, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em caso de infrações graves ou reincidência.

15.2.4 Declaração de inidoneidade:

- a) Em casos de infrações gravíssimas, fraude ou má-fé, poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, até que seja reabilitada.

15.2.5 Procedimento:

- a) A aplicação das sanções observará o contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- b) O processo administrativo será conduzido pela Diretoria de Contratos e Convênios /ou pelo responsável pela ata de registro de preço da Secretaria Municipal de Saúde, que analisará os relatórios do Fiscal do Contrato e proporá a penalidade cabível.
- c) A decisão final caberá à autoridade competente da Administração Municipal.

15.2.6 Condições gerais:

- a) As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração.
- b) A aplicação de penalidades não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.
- c) O registro das penalidades será mantido nos sistemas de controle da Administração, podendo impactar futuras contratações.

16 Subcontratação:

16.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, salvo autorização expressa e prévia da Administração, conforme art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 A contratada deverá executar diretamente todas as obrigações assumidas, não podendo transferi-las a terceiros sem anuência formal da Secretaria Municipal de Saúde.

16.3 Exceções autorizadas:

16.3.1 A subcontratação poderá ser admitida apenas em casos específicos, devidamente justificados, desde que não comprometa a qualidade, a segurança e a economicidade da execução contratual.

16.3.2 A autorização dependerá de análise da Diretoria de Contratos e Convênios/ ou responsável pela ata de registro de preço, que avaliará a pertinência e emitirá parecer técnico.



16.4 **Responsabilidade da contratada:**

- 16.4.1 Mesmo que autorizada, a subcontratação não exime a contratada da responsabilidade integral pela execução do contrato.
- 16.4.2 Contratada continuará responsável por todas as obrigações técnicas, legais, fiscais e trabalhistas, respondendo solidariamente por eventuais falhas ou prejuízos decorrentes da atuação do subcontratado.

16.5 **Fiscalização:**

- 16.5.1 O Fiscal do Contrato deverá acompanhar e verificar a execução das atividades eventualmente subcontratadas, registrando ocorrências e comunicando à Diretoria de Contratos e Convênios.
- 16.5.2 Qualquer irregularidade constatada poderá resultar em sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

17.1A presente contratação será custeada com recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA/2025) e compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

17.2Os valores destinados à execução do contrato encontram-se alocados na dotação orçamentária específica da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo disponibilidade financeira para o cumprimento das obrigações assumidas.

17.3A despesa correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

| | | |
|-----------|--------------------|---|
| Órgão: | 13 | Fundo Municipal de Saúde |
| Ação: | 10.122.0052. 2-034 | Manutenção e Apoio ao Conselho Municipal de Saúde |
| Natureza: | 3.3.90.30.00.00 | Material de Consumo |
| Fonte: | 500 | Pessoa Jurídica |

| | | |
|-----------|--------------------|---|
| Órgão: | 13 | Fundo Municipal de Saúde |
| Ação: | 10.301.0067. 2-039 | Manutenção das atividades do fundo de saúde |
| Natureza: | 3.3.90.30.00.00 | Material de Consumo |
| Fonte: | 600 | Pessoa Jurídica |

| | | |
|-----------|--------------------|--|
| Órgão: | 13 | Fundo Municipal de Saúde |
| Ação: | 10.301.0067. 2-045 | Manutenção, coordenação e Apoio a atenção básica em saúde. |
| Natureza: | 3.3.90.30.00.00 | Material de Consumo |
| Fonte: | 600 | Pessoa Jurídica |

| | | |
|-----------|--------------------|--------------------------|
| Órgão: | 13 | Fundo Municipal de Saúde |
| Ação: | 10.304.0067. 2-053 | Vigilância Sanitária |
| Natureza: | 3.3.90.30.00.00 | Material de Consumo |
| Fonte: | 600 | Pessoa Jurídica |

17.4A Administração assegura que os recursos orçamentários estão devidamente empenhados e que o contrato somente será firmado após a comprovação da disponibilidade financeira, em conformidade com o art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

18 **DA DECISÃO FINAL:**



- 18.1 Após análise detalhada dos elementos constantes neste Termo de Referência, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de ÁGUA MINERAL, destinados a atenção básica em saúde, secretaria, conselho municipal de saúde, vigilância em saúde dentre outros departamentos complementares dessa secretaria municipal de saúde do município de Vitória do Jari/AP é plenamente viável, necessária e vantajosa para a Administração Pública.
- 18.2 **A decisão final fundamenta-se nos seguintes aspectos:**
- 18.2.1 Atendimento ao interesse público, garantindo a continuidade dos serviços administrativos e para saúde da população.
 - 18.2.2 Planejamento adequado, com previsão no Plano de Contratações Anual (PCA/2025) e compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA/2025).
 - 18.2.3 Segurança jurídica, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, assegurando transparência, legalidade e eficiência.
 - 18.2.4 Eficiência administrativa e econômica, por meio de fornecimento parcelado que evita desabastecimento e compras emergenciais.
 - 18.2.5 Gestão e fiscalização contratual estruturadas, com atribuições claras para a Diretoria de Contratos e Convênios e para o Fiscal do Contrato.
- 18.3 Diante do exposto, declara-se que a presente contratação atende aos requisitos técnicos, administrativos, legais e orçamentários, sendo considerada indispensável para a manutenção e melhoria dos serviços de saúde pública municipal.

19 **ASSINATURA:**

Vitória do Jari/AP, 16 de Janeiro de 2026

Hemerson Brito Souza

Diretor de Compras, Material e Patrimônio Público
Decreto N° 056/2025 GAB/PMVJ



ANEXO II – MINUTA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº xx/202X – FMS/SEMSA/PMVJ

A presente Ata de Registro de Preço foi lavrada em conformidade com o resultado do pregão eletrônico nº ____/202X e processo administrativo nº 4998/2025 – FMS/SEMSA/PMVJ, realizado pela plataforma licitane, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 10.024/2019, demais normas aplicáveis e regras do edital e termo de referência e demais regras estabelecidas no termo de referência segundo as seguintes cláusulas e condições a seguir:

1. Cláusula primeira - Preâmbulo:

- 1.1 Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 12.456.167/0001-40, com sede na Avenida Pedro Ladislau da Silveira, nº 3511, Bairro Prainha no município de vitória do Jari/AP representada neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde o senhor Paulo Sergio Pinheiro Dias **Órgão Gerenciador**, do outro lado a empresa xxxxxxxxxxxx inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxx, nº xxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx no município de xxxxxxxxxxxx estado do xxxxxxxx, CEP: XXXXXX-XXXXX, telefone para contato (xx) xxxx-xxxx, E-mail @xxxxxxxxxxxxx, representado neste ato pelo Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, denominada **DETENTOR DA ATA** têm entre si, justo e avançado o presente registro da ata que quando homologada e adjudicada, terá efeito de compromisso de fornecimento de materiais de consumo conforme previsto na Lei nº14.133/21 e demais regras estabelecidas no termo de referência.

2. Cláusula segunda – do objeto:

- 2.1 Contratação de uma empresa para registro de preço, tipo menor preço por item para **aquisição de água mineral de forma parcelada** para atender as demandas da atenção básica em saúde, vigilância em saúde, conselho municipal de saúde, secretaria municipal de saúde e seu anexo da secretaria municipal de saúde do município de vitória do Jari/ap.

3. Cláusula terceira – Descrição dos itens e preços registrados:

- 3.1 Planilha descritiva:

| Item | Descrição / Especificação | Unidade | Quantidade | Valor unitário | Valor Total |
|------|---------------------------|---------|------------|----------------|-------------|
| 01 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXX | XXXX | R\$ | R\$ |
| 02 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXX | XXXX | R\$ | R\$ |
| 03 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXX | XXXXX | R\$ | R\$ |

- 3.2 Valor total homologado: **R\$ xxxxxx.xxxxx,xxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**

4. Cláusula quarta – obrigações da contratada:

- 4.1 A empresa registrada deverá cumprir integralmente as seguintes obrigações:

4.1.1 Fornecimento do produto:

- c) Entregar água mineral natural, sem gás, em embalagens devidamente lacradas e higienizadas, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.
- d) Garantir que o produto esteja dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.



4.1.2 **Entrega:**

- d) Realizar as entregas de forma parcelada, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e de acordo com a necessidade semanal das unidades.
- e) Assegurar transporte adequado, em veículos limpos e apropriados para o transporte, evitando qualquer risco de contaminação.
- f) Efetuar a entrega diretamente nas unidades de saúde, vigilância em saúde, secretaria municipal de saúde, academia de saúde, departamento da atenção primária e conselho municipal de saúde, conforme lista de endereços fornecidos pela contratante.

4.2 **Logística e localização da contratada:**

- 4.2.1 A empresa contratada deverá possuir sede ou filial no município de Vitória do Jari/AP ou em suas proximidades, devidamente comprovada por meio de documentação societária ou contratual, de modo a garantir a execução eficaz das entregas semanais e parceladas de água mineral, considerando que a Secretaria Municipal de Saúde e seus departamentos não dispõem de espaço físico para armazenamento de grandes quantidades de garrações.

4.2.2 **Fundamentação Legal:**

- a) Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos):
 - *Art. 11, II – assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, incluindo aspectos de logística e eficiência.*
 - *Art. 42, IV – permite que o edital contenha exigências relacionadas à execução do objeto, desde que justificadas tecnicamente.*
 - *Art. 63 – dispõe sobre a execução contratual, impondo ao contratado o dever de garantir condições adequadas para o cumprimento do objeto.*
- b) Princípio da eficiência art. 37 da Constituição Federal – obriga a Administração a buscar soluções que assegurem melhor desempenho e qualidade na prestação dos serviços públicos.
- c) Princípio da continuidade do serviço público – reforça que não pode haver interrupção no fornecimento de bens essenciais, como água potável para unidades de saúde.

4.3 **Responsabilidade técnica e legal:**

- 4.3.1 Manter todas as licenças, registros e autorizações necessárias para a comercialização de água mineral durante a vigência do contrato.
- 4.3.2 Cumprir integralmente a legislação vigente, incluindo normas trabalhistas, fiscais, previdenciária e ambiental.
- 4.3.3 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato.

4.4 **Comunicação e suporte:**

- 4.4.1 Disponibilizar canal de atendimento para esclarecimento de dúvidas, recebimento de solicitações e resolução de problemas relacionados ao fornecimento.
- 4.4.2 Informar previamente à contratante qualquer alteração que possa impactar o cumprimento do contrato (ex.: problemas de logística, indisponibilidade de produto).

4.5 **Garantia de qualidade e continuidade:**

- 4.5.1 Substituir imediatamente qualquer produto entregue que apresente defeito avaria ou não esteja em conformidade com as especificações técnicas.



- 4.5.2 Assegurar fornecimento contínuo durante toda a vigência contratual, sem interrupções que comprometam o abastecimento das unidades de saúde.

5. Cláusula quinta - obrigações da contratante:

- 5.1 O Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP como contratante deverá cumprir as seguintes obrigações:

5.1.1 Recebimento e conferência:

- Receber os produtos entregues pela contratada nos locais previamente definidos.
- Conferir a quantidade, qualidade e conformidade dos garrafões de água mineral com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.
- Recusar, de forma fundamentada, qualquer produto que não esteja em conformidade com as exigências contratuais.

5.2 Solicitação e programação de entregas:

- Informar à contratada, com antecedência mínima razoável, a necessidade semanal de fornecimento, de modo a permitir o planejamento logístico.
- Definir cronograma de entregas parceladas, considerando a limitação de espaço físico para armazenamento nas unidades de saúde e departamentos vinculados.

5.3 Infraestrutura de recebimento:

- Disponibilizar servidores responsáveis para acompanhar e atestar o recebimento dos produtos.
- Garantir condições adequadas para a descarga e conferência dos garrafões nos locais de entrega.

5.4 Comunicação e acompanhamento:

- Manter canal de comunicação ativo com a contratada para esclarecimento de dúvidas, ajustes de cronograma e resolução de eventuais problemas.
- Informar imediatamente à contratada qualquer ocorrência que possa impactar o fornecimento ou a execução contratual.

5.5 Pagamentos:

- Efetuar os pagamentos devidos à contratada conforme valores, prazos e condições estabelecidos no contrato e na legislação vigente.
- Assegurar que os pagamentos sejam realizados somente após a comprovação da entrega efetiva e em conformidade com as especificações técnicas.

5.6 Responsabilidade administrativa:

- Cumprir integralmente a legislação aplicável, incluindo a Lei nº 14.133/2021, e demais normas correlatas.
- Fiscalizar e acompanhar a execução contratual, garantindo que o objeto seja cumprido de forma adequada e eficiente.

6. Cláusula sexta - fiscalização e gestão da ata de registro de preço ou contrato:

- 6.1 O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preço caberá ao **Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP**, por meio do **Departamento de Comissão de Contratação Permanente** ou por meio de **Portaria emitida pela Autoridade Competente**, um **Gestor da Ata**, responsável por coordenar diretamente as atividades de gerenciamento e o **Fiscal** incumbidos de acompanhar a execução das entregas e verificar a conformidade dos produtos.

6.2 Compete ao Órgão Gerenciador:



- 6.2.1 Controlar e coordenar a utilização da Ata de Registro de Preço, garantindo que as contratações sejam realizadas dentro dos limites e condições estabelecidos.
- 6.2.2 Autorizar, quando conveniente e oportuno, a adesão de outros órgãos ou entidades não participantes do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2.3 Monitorar os quantitativos registrados e as contratações realizadas, evitando ultrapassar os limites previstos no edital e na legislação.
- 6.2.4 Comunicar aos fornecedores registrados as solicitações de fornecimento, observando os prazos e condições estabelecidas.
- 6.2.5 Avaliar e decidir sobre pedidos de cancelamento de registro, conforme hipóteses legais e regulamentares.
- 6.2.6 Manter atualizados os registros e relatórios de utilização da Ata, assegurando transparência e publicidade dos atos administrativos.

6.3 **Obrigações do Fiscal do Contrato:**

- 6.3.1 Acompanhar diretamente a execução contratual, verificando a conformidade das entregas com as especificações técnicas.
- 6.3.2 Conferir prazos, quantidades, qualidade e condições dos insumos recebidos.
- 6.3.3 Registrar em relatórios periódicos todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento, comunicando imediatamente à Diretoria de Contratos e Convênios qualquer irregularidade.
- 6.3.4 Atuar como elo de comunicação entre a Administração e a empresa contratada, garantindo agilidade na solução de intercorrências.
- 6.3.5 Atestar as notas fiscais e documentos de cobrança, autorizando o pagamento somente após a verificação da conformidade da entrega.

6.4 O Gestor e o Fiscal deverão observar rigorosamente as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente os arts. 117 a 121, respondendo solidariamente por eventuais omissões ou irregularidades na execução da Ata ou do Contrato.

6.5 Na hipótese da Ata de Registro de Preço vir a se converter em Contrato Administrativo, a responsabilidade pela elaboração, gestão e acompanhamento da execução contratual será atribuída à Diretoria de Contratos e Convênios do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vitória do Jari/AP, conforme designação expressa em Decreto ou Portaria da Autoridade Competente.

6.6 **Compete à Diretoria de Contratos e Convênios:**

- 6.6.1 Elaborar e formalizar o contrato administrativo decorrente da Ata de Registro de Preço, observando as cláusulas essenciais previstas na **Lei nº 14.133/2021**.
- 6.6.2 Acompanhar a execução contratual, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no edital, na minuta contratual e no Termo de Referência.
- 6.6.3 Designar formalmente **Gestor e Fiscal do Contrato**, responsáveis por monitorar a entrega dos produtos, verificar conformidade técnica e registrar ocorrências.
- 6.6.4 Emitir relatórios periódicos sobre a execução contratual, servindo de base para aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis.
- 6.6.5 Assegurar que todas as prorrogações, reajustes e alterações contratuais sejam devidamente fundamentados e autorizados pela autoridade competente.

6.7 O Gestor e o Fiscal designado deverão observar rigorosamente as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo por eventuais omissões ou irregularidades na execução contratual.

7. **Cláusula sétima - condições, prazo e local de entrega:**

7.1 **Condições de entrega:**



- 7.1.1 A água mineral deverá ser entregue em embalagens devidamente lacradas, higienizadas e dentro do prazo de validade.
- 7.1.2 As entregas deverão ser realizadas de forma **parcelada diária**, conforme a necessidade informada pela Secretaria Municipal de Saúde, em razão da inexistência de espaço físico para armazenamento de grandes quantidades de garrafas.
- 7.1.3 O transporte deverá ser feito em veículos limpos e apropriados para o transporte de alimentos e bebidas, garantindo a integridade e qualidade do produto.

7.2 Prazo de entrega:

- 7.2.1 As entregas deverão ser realizadas **de forma imediata**, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação **através de AF- autorização de fornecimento pelo Departamento de Compras**, o fornecedor deverá atender às requisições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da autorização de fornecimento, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.
- 7.2.2 O fornecimento deverá ser contínuo durante toda a vigência contratual, sem interrupções que comprometam o abastecimento das unidades de saúde.
- 7.2.3 Em situações emergenciais, a contratada deverá garantir entrega imediata, respeitando a urgência da demanda.

7.3 Local de entrega:

- 7.3.1 As entregas deverão ser realizadas diretamente nos seguintes locais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Vigilância em Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Academia de Saúde, Departamento da Atenção Primária em Saúde e Conselho Municipal de Saúde.
- 7.3.2 Os endereços específicos serão fornecidos pela contratante no início da execução contratual e poderão ser atualizados conforme necessidade administrativa.

8. Cláusula oitava - critério de aceitação:

8.1 A aceitação do objeto contratado estará condicionada ao atendimento integral das seguintes exigências:

8.1.1 Conformidade técnica do produto:

- d) Água mineral natural, sem gás, devidamente lacrada, higienizada e dentro do prazo de validade.
- e) Produto registrado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- f) Embalagens em perfeito estado de conservação, sem avarias, vazamentos ou indícios de adulteração.

8.1.2 Entrega conforme especificações:

- d) Realização das entregas parceladas e semanais, conforme cronograma e solicitações da Secretaria Municipal de Saúde.
- e) Atendimento ao prazo máximo de 48 horas após solicitação formal, salvo cronograma previamente acordado.
- f) Entregas realizadas diretamente nos locais indicados pela contratante, sem ônus adicional para a Administração.

8.1.3 Aspectos logísticos e operacionais:

- c) Transporte adequado em veículos limpos e apropriados para alimentos e bebidas.
- d) Manutenção de sede ou filial no município de Vitória do Jari/AP ou em suas proximidades, garantindo eficiência logística e pronta resposta às demandas.

8.1.4 Conferência e recebimento:



- d) A aceitação será formalizada mediante conferência quantitativa e qualitativa dos produtos por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- e) Produtos que não atenderem às especificações técnicas ou apresentarem defeitos deverão ser substituídos imediatamente pela contratada, sem custos adicionais.
- f) O recebimento definitivo será condicionado à verificação da conformidade com todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

9. Cláusula nona – pagamento:

- 9.1 O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde, em moeda corrente nacional (R\$), mediante depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, desde que esteja em nome da empresa contratada.
- 9.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de atesto da nota fiscal/fatura pelo Fiscal do Contrato, desde que devidamente acompanhada da comprovação da entrega e aceitação dos produtos, conforme especificações do Termo de Referência.

9.3 O pagamento estará condicionado à:

- 9.3.1 Regularidade fiscal e trabalhista
- 9.3.2 Apresentação da Nota Fiscal Eletrônica correspondente, devidamente emitida e aprovada pelo Fiscal do ata de registro de preço.
- 9.3.3 Cópia da ata de registro ou contrato conforme vínculo firmado.
- 9.3.4 Relatório de entrega de materiais
- 9.4 Em caso de atraso injustificado no pagamento por parte da Administração, incidirão os encargos previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 4.320/1964.
- 9.5 O pagamento parcial poderá ser realizado conforme entregas efetivas e aceitas, respeitando o fornecimento parcelado previsto no edital e no Termo de Referência.
- 9.6 Não será admitido pagamento antecipado, salvo nas hipóteses previstas em lei e devidamente autorizadas pela autoridade competente.

10. Cláusula décima - reajuste de ata de registro de preço – ajustes e prorrogações:

10.1 Ajuste de valores:

- 10.1.1 Os preços registrados na Ata poderão ser ajustados para adequação a índices oficiais de inflação ou custos setoriais, conforme previsão legal e editalícia.
- 10.1.2 O reajuste será concedido mediante solicitação formal da contratada, devidamente instruída com documentação comprobatória, e dependerá de análise e autorização da Administração.
- 10.1.3 Não será admitido reajuste retroativo ou em desacordo com os índices previamente estabelecidos.

10.2 Prorrogação de prazo:

- 10.2.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais períodos, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação vigente.
- 10.2.2 A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente autorizado pela autoridade competente.
- 10.2.3 Durante a prorrogação, os preços dos itens registrados permanecerão conforme o contrato original, salvo reajustes autorizados nos termos da lei.

10.3 Condições gerais:



- 10.3.1 A manutenção dos preços após a prorrogação garante estabilidade e previsibilidade para a Administração, evitando aumentos indevidos.
- 10.3.2 Qualquer alteração de valores ou prorrogação de prazo deverá respeitar os princípios da legalidade, economicidade e transparência.
- 10.3.3 O não cumprimento das condições estabelecidas poderá resultar em sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

11. Cláusula décimo primeiro - sanções administrativas:

- 11.1 Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, atraso injustificado ou descumprimento das obrigações assumidas, a contratada estará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis.

11.2 Penalidades aplicáveis:

11.1.1 Advertência:

- b) Aplicada quando a infração for considerada leve e não causar prejuízo relevante à Administração.

11.1.1 Multa:

- c) Percentual definido no edital e no contrato, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou sobre o valor global do contrato, conforme a gravidade da infração.
- d) A multa poderá ser descontada dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente.

11.1.2 Impedimento de licitar e contratar:

- b) A contratada poderá ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública por até 3 (três) anos, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em caso de infrações graves ou reincidência.

11.1.3 Declaração de inidoneidade:

- b) Em casos de infrações gravíssimas, fraude ou má-fé, poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, até que seja reabilitada.

11.1.4 Procedimento:

- d) A aplicação das sanções observará o contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- e) O processo administrativo será conduzido pela Diretoria de Contratos e Convênios /ou pelo responsável pela ata de registro de preço da Secretaria Municipal de Saúde, que analisará os relatórios do Fiscal do Contrato e proporá a penalidade cabível.
- f) A decisão final caberá à autoridade competente da Administração Municipal.

11.1.5 Condições gerais:

- a) As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração.
- b) A aplicação de penalidades não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.
- c) O registro das penalidades será mantido nos sistemas de controle da Administração, podendo impactar futuras contratações.

12 Cláusula décimo segundo - subcontratação:

- 12.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, salvo autorização expressa e prévia da Administração, conforme art. 72 da Lei nº 14.133/2021.



12.2 A contratada deverá executar diretamente todas as obrigações assumidas, não podendo transferi-las a terceiros sem anuência formal da Secretaria Municipal de Saúde.

12.3 Exceções autorizadas:

12.3.1 A subcontratação poderá ser admitida apenas em casos específicos, devidamente justificados, desde que não comprometa a qualidade, a segurança e a economicidade da execução contratual.

12.3.2 A autorização dependerá de análise da Diretoria de Contratos e Convênios/ ou responsável pela ata de registro de preço, que avaliará a pertinência e emitirá parecer técnico.

12.4 Responsabilidade da contratada:

12.4.1 Mesmo que autorizada, a subcontratação não exime a contratada da responsabilidade integral pela execução do contrato.

12.4.2 Contratada continuará responsável por todas as obrigações técnicas, legais, fiscais e trabalhistas, respondendo solidariamente por eventuais falhas ou prejuízos decorrentes da atuação do subcontratado.

12.5 Fiscalização:

12.5.1 O Fiscal do Contrato deverá acompanhar e verificar a execução das atividades eventualmente subcontratadas, registrando ocorrências e comunicando à Diretoria de Contratos e Convênios.

12.5.2 Qualquer irregularidade constatada poderá resultar em sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

13 Cláusula décimo terceiro – Da Adesão à Ata de Registro de Preço:

13.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, mediante anuência expressa do **Órgão Gerenciador**, conforme previsto no **art. 86 da Lei nº 14.133/2021**.

13.2 A adesão por órgãos ou entidades não participantes do registro de preços dependerá de:

13.2.1 Solicitação formal ao Órgão Gerenciador, indicando o interesse em aderir à Ata.

13.2.2 Autorização expressa do Órgão Gerenciador, que avaliará a conveniência e oportunidade da adesão.

13.2.3 Aceite do fornecedor registrado, que deverá manifestar concordância com a adesão e com as condições estabelecidas.

13.3 O quantitativo máximo para adesão estará limitado a cinco vezes o quantitativo registrado para o órgão gerenciador e participante, conforme estabelece a legislação vigente.

13.4 Caberá ao órgão ou entidade aderente:

13.4.1 Formalizar sua contratação diretamente com o fornecedor registrado, observando as condições e preços estabelecidos na presente Ata.

13.4.2 Assumir integral responsabilidade pela gestão e fiscalização da execução contratual decorrente da adesão.

13.5 O fornecedor registrado não poderá se recusar a atender às solicitações do órgão gerenciador e dos participantes originais da Ata, mas poderá recusar adesões de órgãos não participantes, desde que apresente justificativa fundamentada.

14 Cláusula décimo quarto – Cancelamento do Registro de Preço:

14.1 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por decisão unilateral da Administração ou a pedido do fornecedor, nas hipóteses previstas na legislação vigente.

14.2 O cancelamento por iniciativa da Administração dar-se-á quando:

14.2.1 O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preço ou do Contrato dela decorrente.



- 14.2.2 O fornecedor não mantiver as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.
- 14.2.3 Houver razões de interesse públicas devidamente justificadas pela autoridade competente.
- 14.2.4 O preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, inviabilizando a economicidade da contratação.

14.3 O cancelamento a pedido do fornecedor será admitido quando:

- 14.4 Comprovar que não pode cumprir as obrigações assumidas por ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e aceito pela Administração.
- 14.5 Demonstrar que o preço registrado se tornou inexequível em razão de comprovada elevação dos custos, não decorrente de sua responsabilidade.

14.4 O cancelamento será formalizado por meio de ato administrativo específico, devidamente publicado, assegurando-se ao fornecedor o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.5 O fornecedor que tiver seu registro cancelado poderá sofrer as penalidades previstas neste edital e na legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, quando cabível.

15 Cláusula décimo quinto - Alteração da Ata de Registro de Preço:

15.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser alterada nas hipóteses previstas na **Lei nº 14.133/2021**, observando-se os princípios da legalidade, da transparência e da economicidade.

15.2 As alterações poderão ocorrer por:

- 15.2.1 Revisão de preços registrados, quando comprovada a variação significativa dos custos de mercado, devidamente justificada e aceita pela Administração.
- 15.2.2 Correção de erros materiais ou ajustes formais que não impliquem em modificação substancial das condições originais.
- 15.2.3 Adequação de cláusulas contratuais às normas legais supervenientes ou a decisões judiciais que impactem diretamente a execução da Ata.
- 15.2.4 Inclusão ou exclusão de órgãos participantes, desde que devidamente autorizada pelo Órgão Gerenciador e respeitados os limites legais.
- 15.3 As alterações deverão ser formalizadas por meio de **Termo Aditivo ou Apostilamento**, devidamente publicado e registrado nos autos do processo administrativo correspondente.

15.4 Em nenhuma hipótese será admitida alteração que:

- 15.4.1 Modifique o objeto originalmente registrado de forma a descaracterizá-lo.
- 15.4.2 Implique em aumento de quantitativos ou valores além dos limites estabelecidos pela legislação vigente.
- 15.4.3 Prejudique a isonomia entre os fornecedores registrados ou comprometa a competitividade do certame.

15.5 O fornecedor registrado será previamente comunicado sobre qualquer alteração que impacte suas obrigações, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, quando aplicável.

16 Cláusula décimo sexto - dos recursos orçamentários:

16.1 A presente contratação será custeada com recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA/2025) e compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

16.2 Os valores destinados à execução do contrato encontram-se alocados na dotação orçamentária específica da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo disponibilidade financeira para o cumprimento das obrigações assumidas.



16.3 A despesa correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

| | | |
|-----------|--------------------|--|
| Órgão: | 13 | Fundo Municipal de Saúde |
| Ação: | 10.122.0052. 2-034 | Manutenção e Apoio ao Conselho Municipal de Saúde |
| Natureza: | 3.3.90.30.00.00 | Material de Consumo |
| Fonte: | 500 | Pessoa Jurídica |
| Órgão: | 13 | Fundo Municipal de Saúde |
| Ação: | 10.301.0067. 2-039 | Manutenção das atividades do fundo de saúde |
| Natureza: | 3.3.90.30.00.00 | Material de Consumo |
| Fonte: | 600 | Pessoa Jurídica |
| Órgão: | 13 | Fundo Municipal de Saúde |
| Ação: | 10.301.0067. 2-045 | Manutenção, coordenação e Apoio a atenção básica em saúde. |
| Natureza: | 3.3.90.30.00.00 | Material de Consumo |
| Fonte: | 600 | Pessoa Jurídica |
| Órgão: | 13 | Fundo Municipal de Saúde |
| Ação: | 10.304.0067. 2-053 | Vigilância Sanitária |
| Natureza: | 3.3.90.30.00.00 | Material de Consumo |
| Fonte: | 600 | Pessoa Jurídica |

16.4 A Administração assegura que os recursos orçamentários estão devidamente empenhados e que o contrato somente será firmado após a comprovação da disponibilidade financeira, em conformidade com o art. 7º, § 2º, inciso III, da **Lei nº 14.133/2021**.

17 Cláusula décimo sétimo - Prazo de Validade da Ata de Registro de Preços:

17.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme dispõe o art. 84, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

17.2 **O prazo de vigência será o seguinte:**

17.2.1 **Data de início da vigência:** ____ / ____ / ____

17.2.2 **Data de término da vigência:** ____ / ____ / ____

17.3 Durante o prazo de validade, os preços registrados poderão ser utilizados pela Administração, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e nesta Ata.

17.4 Antes do término da vigência, caso a Administração verifique a necessidade de continuidade do registro, o prazo poderá ser **prorrogado por mais 12 (doze) meses conforme o item 10 e subitem 10.2 deste ata de registro de preço e conforme regras estabelecidas no termo de referência**, desde que:

17.4.1 Sejam mantidos os preços e condições originalmente registrados.

17.4.2 Haja anuência expressa da licitante vencedora.

17.4.3 A prorrogação seja formalizada por meio de Termo Aditivo, devidamente publicado e registrado nos autos do processo administrativo.



- 17.5 A vigência da Ata não gera obrigação de contratação por parte da Administração, que poderá utilizar os registros conforme sua conveniência e necessidade, respeitados os limites e condições fixados.
- 17.6 Expirado o prazo de validade, a Ata perderá automaticamente sua eficácia, não podendo ser utilizada para novas contratações, sem prejuízo daquelas já formalizadas durante sua vigência.

18 Cláusula décimo oitava - Disposições Finais:

- 18.1 A presente **Ata de Registro de Preços** rege-se pelas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, demais normas aplicáveis e pelas condições estabelecidas no edital e termo de referencia.
- 18.2 A assinatura desta Ata não implica obrigação de contratação por parte da Administração, que poderá utilizá-la conforme sua conveniência e necessidade, observados os limites e condições fixados.
- 18.3 Os casos omissos e as situações não previstas nesta Ata serão resolvidos pelo **Órgão Gerenciador**, com fundamento na legislação vigente e nos princípios que regem a Administração Pública.
- 18.4 O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata será o da **Comarca de Vitória do Jari/AP**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 18.5 Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, respeitado o prazo de validade estabelecido na **Cláusula Décimo sétima**.

19 Cláusula décimo nono – Assinaturas:

- 19.1 E, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições estabelecidas, assinam a presente **Ata de Registro de Preços**, em ____ (número) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Vitória do Jari/AP, ____ de ____ de ____.

Autoridade Competente

Paulo Sergio Pinheiro Dias
Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP

Contratada

(Nome do Representante Legal da Empresa)
(Cargo / Razão Social da Empresa)

ANEXO III PROPOSTA DE PREÇO

Em papel timbrado da empresa

A comissão de Contratação Permanente – FMS/SEMSA/PMVJ
Secretaria Municipal de Saúde – FMS/PMVJ
Município de Vitória do Jari/AP – CEP: 68924-000

Referente ao pregão eletrônico: xxxx/202x –FMS/SEMSA/PMVJ

Processo administrativo: xxxx/202xx – FMS/SEMSA/PMVJ

Objeto de contratação:

[illegible]

Proposta que se faz a empresa _____ inscrita no CNPJ de nº _____._____._____/_____-_____, localizada na _____, nº _____, Bairro _____ no município de _____, CEP _____ - _____, fone (xx) xxxxxx-xxxxx, E-mail _____, para fornecimento de forma parcela dos serviços descrito abaixo, conforme estabelecido no anexo I termo de referencia do edital de licitação pregão eletrônico de nº xxx/202x – FMS/SEMSA/PMVJ.

PLANILHA CONFORME O TERMO DE REFÊRENCIA ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO

| Item | Descrição / Especificação | MARCA/MOD ELO | Unidade | Quantidade | Valor unitário | Valor Total |
|----------------------------------|---------------------------|---------------|---------|------------|------------------|-------------|
| 01 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | | XXXXX | XXXX | R\$ | R\$ |
| 02 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | | XXXX | XXXX | R\$ | R\$ |
| 03 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | | XXXX | XXXXX | R\$ | R\$ |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇO | | | | | R\$ xxxxxxxxxxxx | |

A presente proposta foi elaborada em estrita conformidade com o Edital de Licitação e o respectivo Termo de Referência, atendendo integralmente às especificações e condições estabelecidas. Nos valores ofertados estão incluídos todos os custos necessários à execução do objeto, compreendendo serviços de frete, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros que sejam de responsabilidade da empresa.

Declaração da Empresa

Declaramos, para os devidos fins, que os preços ofertados acima estão em conformidade com as especificações do edital e seus anexos, e que nos comprometemos a cumprir integralmente as condições estabelecidas, caso sejamos vencedores do certame.

Declaro-se, ainda, que a proposta possui validade de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de seu recebimento pela Comissão Permanente de Contratação, comprometendo-se a empresa a cumprir fielmente as obrigações assumidas.

Dados Bancários para Futuros Pagamentos:

Conta pessoa jurídica:

| | |
|-----------------|--|
| Banco: | |
| Agência: | |
| Conta Corrente: | |



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

planejamento.semsapmvj@gmail.com
Anexo da Secretaria municipal de saúde
Rua Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000

| | |
|-------------------|--|
| Titular da Conta: | |
| CNPJ do Titular | |

Local e data:

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Representante Legal:

ANEXO IV – DECLARAÇÕES DA LICITANTE

[Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal infra-assinado, declara para os devidos fins que:



a) **Declaração de Inexistência de Impedimento:**

Nos termos do **art. 63, inciso V da Lei nº 14.133/2021**, não possui qualquer impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, estando plenamente apta a participar do certame.

b) **Declaração de Cumprimento da Legislação Trabalhista:**

Em conformidade com o **art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal**, declara que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

c) **Declaração de Proposta de Preço:**

Nos termos do **art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021**, declara que a proposta de preços apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução do objeto, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas, garantindo a plena execução contratual.

d) **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP):**

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, declara que se enquadra como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fazendo jus ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação, incluindo os benefícios aplicáveis em processos licitatórios.

e) **Declaração de Aceitação das Condições do Edital e Termo de Referência:**

Declara ciência e concordância com todas as condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência, comprometendo-se a cumpri-las integralmente, caso seja vencedora do certame.

Local e data: _____

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Representante Legal